

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.220 - RS (2019/0088962-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : COMPANHIA PREDIAL E AGRÍCOLA S/A
ADVOGADOS : EDUARDO DA CUNHA GIULIANI - RS058756
JORGEN DE ATHAYDES DA SILVA JUNIOR - RS106050
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADORES : JANINE LUEHRING GIONGO - RS047123
EUNICE FERREIRA NEQUETE - RS013656
GREICE BORDA LIMA E OUTRO(S) - RS055192

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por Companhia Predial e Agrícola S.A., com base no art. 105, III, alínea "a", da CF/1988, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 102):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO. DECRETO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO. ATO ANTERIOR À DESAPROPRIAÇÃO. BEM QUE SE MANTÉM EM PROPRIEDADE DA EXECUTADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PERDA DA POSSE.

O Decreto que declara o imóvel como sendo de interesse social não efetiva a desapropriação, uma vez que ela somente poderá ser realizada, conforme dispõe o art. 59, inciso XXIV, da Constituição Federal, "mediante justa e prévia indenização em dinheiro".

O particular apenas se desonera da responsabilidade pelo pagamento de tributos relativos ao imóvel com a imissão na posse do ente público.

Ausência de demonstração de que a área do imóvel está invadida. Elementos contidos nos autos que não permitem avaliar a alegação de que área que está sendo tributada é superior a de propriedade da cooperativa.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Alega a empresa agravante, nas razões do especial, a existência de violação dos arts. 142 e 202 do CTN ao argumento de que haveria irregularidade no lançamento administrativo municipal.

Nessa esteira, pugna pelo reconhecimento da nulidade das CDAs apontando que seria caso de afastar a sua presunção de validade.

A negativa de admissibilidade teve por fundamento a ausência do necessário prequestionamento.

É o relatório.

Da análise do voto condutor do acórdão, observa-se que os arts. 142 e 202 do CTN não foram objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, mesmo

com a oposição dos embargos de declaração, o que redundava em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada na Súmula 211/STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*).

A propósito:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal *a quo* julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A indicada afronta do art. 458 do CPC não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esse dispositivo legal. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal I, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

[...]

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.583.885/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/5/2016, DJe 1º/6/2016)

Quanto ao mais, verifica-se que o aresto combatido entendeu aplicável ao caso o art. 151, II, do CTN, que estabelece que a exigibilidade do crédito tributário será suspensa mediante depósito de seu montante integral e em dinheiro; bem como com a aplicação da Súmula 112/STJ.

Ademais, ainda ficou consignado pelo Tribunal *a quo* que o imóvel ofertado sequer seria de propriedade da agravante.

Ponto (e-STJ, fl. 111):

No presente caso, a agravante pretende a suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto da CDA nº 1.241.433.151, mediante a aceitação de bem imóvel dado em garantia.

Ocorre que, nos termos do artigo 151, II, do Código Tributário Nacional, a exigibilidade do crédito tributário será suspensa mediante depósito de seu montante integral e em dinheiro.

Não se admite para esse fim, portanto, a apresentação de imóvel como garantia.

[...]

No mesmo sentido, aliás, a Súmula 112 do Col. STJ: 'O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.'

Ressalte-se que o imóvel ofertado sequer é de propriedade da agravante e está gravado com usufruto.

Contudo, nenhum desses pontos foi devidamente combatido na petição de recurso especial. Assim, a não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo.

Nesse toar:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 283/STF.

1. A jurisprudência do STJ é pacífica quanto à aplicabilidade da Súmula 283/STF nos julgamentos de Recursos Ordinários em Mandado de Segurança.

2. Hipótese na qual o Tribunal *a quo* denegou a Segurança, por entender que a verba controvertida possui natureza de gratificação de caráter temporário e que a incorporação desse tipo de parcela remuneratória aos proventos de aposentadoria passou a ser vedada pelo art. 7º da LC Estadual 64/2002.

3. Por seu turno, o recorrente não combateu especificamente o fundamento autônomo relativo ao art. 7º da LC 64/2002, o que atrai o incidência da Súmula 283/STF, aplicável por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RMS 45.594/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/2/2015, DJe 20/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator